

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.578.585 - SP (2019/0260726-7)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
EMBARGANTE : FRUTAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS - EIRELI
OUTRO NOME : ENGENHARIA MARCO LTDA
ADVOGADOS : JONAS SABBATINI - SP228636
CLAUDIO MARCUS LANGNER - SP223317
EMBARGADO : FABIANA SACCARDO
ADVOGADOS : DAVI CRISTOVÃO KENEDY DE ARAÚJO - SP278470
JUCELAINE SOARES HASEGAWA E OUTRO(S) - SP317140

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO INEXISTENTE. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

FRUTAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. e ENGENHARIA MARCO LTDA. (FRUTAL/ENGENHARIA) interpôs agravo de instrumento contra decisão que homologou os cálculos apresentados pela exequente em ação de cumprimento de sentença.

O Tribunal estadual negou provimento ao agravo conforme acórdão assim ementado:

Agravo de instrumento Venda e compra Liquidação A cobrança de multas e encargos da autora foi afastada no acórdão, por sua vez, os valores devidos pela ré, ora agravante, devem ser corrigidos e sobre estes incidir juros. A juntada do contrato e as declarações de quitação são prova suficiente para a demonstração do pagamento dos aluguéis. A compensação dos valores é adequada porque as partes são reciprocamente credoras e devedoras. Recurso não provido (e-STJ, fl. 514).

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 525/527).

ENGENHARIA interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, alegando violação dos arts. 373, I e II, do NCPC, e 476 do CC/02,

Superior Tribunal de Justiça

ao sustentar (1) ser indevida a compensação de valores, pois a recorrida não fez prova do pagamento dos aluguéis; (2) o cumprimento de sentença deverá ser seguido conforme o acórdão transitado em julgado que acatou que os juros sobre as parcelas inadimplidas deverão incidir desde a citação; e (3) a exceção do contrato não cumprido.

Após ofertadas as contrarrazões, o recurso foi inadmitido na origem, ensejando o manuseio de agravo em recurso especial, sustentando que o recurso preencheu os requisitos necessários à sua admissão, com a demonstração de violação dos dispositivos legais indicados.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 581/585).

Em decisão monocrática de minha relatoria, conheci do agravo para não conhecer do apelo nobre, conforme ementa a seguir transcrita:

PROCESSUAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO NA ÉGIDE DO NCPC. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 373, I E II, DO NCPC E 476 DO CC/02 . AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO, SÚMULAS NºS 282 E 356 DO STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL (e-STJ, fls. 593).

No presente recurso aclaratório, ENGENHARIA alegou a existência de obscura contradição a ser esclarecida, notadamente quanto ao fato de que a matéria suscitada no especial foi totalmente prequestionada na instância inferior, aduzindo que *a simples interposição dos embargos de declaração já seria o bastante, pouco importando se suprida ou não a omissão pelo Tribunal a quo, razão pela aplicar-se o chamado prequestionamento ficto* (e-STJ, fls. 606/611).

Foi apresentada impugnação (e-STJ, fls. 615/618).

É o relatório.

DECIDO.

Os presentes embargos não merecem acolhimento.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal

Superior Tribunal de Justiça

na forma do novo CPC .

Da violação do art. 1.022 do NCPC

De acordo com a jurisprudência desta Corte, a contradição ou obscuridade remediáveis por embargos de declaração são aquelas internas ao julgado embargado, devidas à desarmonia entre a fundamentação e as conclusões da própria decisão.

Já a omissão que enseja o oferecimento de embargos de declaração consiste na falta de manifestação expressa sobre algum fundamento de fato ou de direito ventilado nas razões recursais e sobre o qual deveria manifestar-se o juiz ou o tribunal e que, nos termos do NCPC, é capaz, por si só, de infirmar a conclusão adotada para o julgamento do recurso (arts. 1.022 e 489, § 1º, do NCPC).

No caso vertente, ENGENHARIA alegou a existência de obscuridade e contradição do julgado, afirmando que, ao contrário do que constou da decisão embargada, os arts. 373, I e II, do NCPC, e 476 do CC/02 foram devidamente prequestionados, bastando para tanto a simples menção na petição dos embargos, pouco importando se sobre eles houve manifestação ou não.

Sem razão, contudo.

O STJ possui entendimento de que só se tem por satisfeito o requisito do prequestionamento quando o Tribunal *a quo* emite juízo de valor a respeito da tese defendida no especial.

Assim, nesta instância especial, é imprescindível a demonstração de que aquele Tribunal tenha apreciado a tese à luz da legislação federal destacada no especial, quanto mais se opostos embargos de declaração.

Se o Tribunal *a quo* rejeita os embargos sem apreciar a tese, o respectivo especial deve, necessariamente, indicar como violado o art. 1022 do NCPC (art. 535 do CPC/73), com a especificação objetiva do que é omissis, contraditório ou obscuro sob pena de aplicação da Súmula nº 211 do STJ.

Ademais, a Corte Especial tem se posicionado no sentido de que, na instância especial, é necessário o cumprimento do requisito do prequestionamento, inclusive das matérias de ordem pública.

Desse modo, *A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei.* (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY

Superior Tribunal de Justiça

ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 4/4/2017, DJe 10/4/2017).

A esse respeito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INCONFORMISMO DA AGRAVADA.

1. Consoante a jurisprudência desta Corte, a legislação vigente (art. 932 do CPC/15 c/c Súmula 568 do STJ) permite ao relator julgar monocraticamente recurso inadmissível ou, ainda, aplicar a jurisprudência consolidada deste Tribunal. Ademais, a possibilidade de interposição de recurso ao órgão colegiado afasta qualquer alegação de ofensa ao princípio da colegialidade. Precedentes.

2. No que respeita à afronta aos arts. 1º, § 1º, da Lei 12.409/11; 3º, da Lei 13.000/14; e 124, do CPC/15, incide, na espécie, os Enunciados 282 e 356, da Súmula do STF, ante a ausência de prequestionamento, porquanto não teve o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

2.1. A Corte Especial tem se posicionado no sentido de que, na instância especial, é necessário o cumprimento do requisito do prequestionamento inclusive das matérias de ordem pública.

Precedentes.

2.2. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 4/4/2017, DJe 10/4/2017).

[...].

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.235.120/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. 7/10/2019, DJe 11/10/2019).

Nessas condições, por não existir omissão, contradição e/ou obscuridade na decisão embargada, **REJEITO** os embargos de declaração.

Publique-se. Intime-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília/DF, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

